



O PETROLEIRO



Boletim Especial

acesse nosso site: sindipetrolp.org.br

dezembro de 2012 #05

ELEIÇÕES CEPE 2004

SINDIPETRO LITORAL PAULISTA APOIA CHAPA RENOVAÇÃO E UNIÃO na eleição do CEPE Clube 2004

Votação acontece no dia 3 de janeiro, das 9h às 16h. Confira os locais

A eleição para a diretoria executiva, conselho fiscal e conselho deliberativo do CEPE do Clube 2004 acontecerá no dia 3 de janeiro de 2013, das 9h às 16h. Além da urna localizada nas próprias dependências do clube (Av. Dino Bueno, 95 – Ponta da Praia), serão distribuídas urnas na RPBC, e outras itinerantes na Alemoa, Pilões, BR Distribuidora e UO-BS. É importante lembrar que apenas sócios há mais de 120 dias, que são petroleiros ou de subsidiária, podem votar.

Fundado em abril de 1958, o Clube 2004 assiste hoje a um esvaziamento de suas atividades. Reflexo disso é o número cada vez menor de sócios da ativa. A opinião é de Fernando Malingre Magan, o Robocop, técnico de operação da RPBC e candidato a presidente do clube pela chapa Renovação e União, apoiada pelo Sindipetro Litoral Paulista. Para ele, a principal forma de resgatar a

representatividade que o clube já teve é o retorno de uma direção engajada.

“Na refinaria (RPBC), o empregado recebia a ficha de inscrição para o clube logo quando entrava na Petrobrás. Hoje, não há mais esse cuidado, nem esse interesse. Os grêmios eram integrados ao clube, mas foram perdendo espaço e hoje restam apenas dois na RPBC”, afirma.

A CHAPA

Como o nome já diz, as principais propostas da chapa Renovação e União são dar uma cara nova ao clube, que há muito tempo sofre com a falta de atrativos, e modernizá-lo totalmente, desde a infraestrutura, que precisa de reformas, até a programação. A ideia é resgatar o quadro associativo e atrair os novos petroleiros, que não tiveram a oportunidade de participar das atividades do clube.

Neste sentido, algumas ações



Robocop, candidato a presidente do CEPE pela chapa Renovação e União

da chapa são revitalizar as barracas de praia, oferecer mais incentivo ao esporte, principalmente o handebol, e promover, com regularidade, atividades sociais e culturais para os associados. A chapa ainda se compromete a manter todos os convênios vigentes no clube.

EM DECISÃO DE 1º GRAU, SINDIPETRO-LP OBTÉM REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA PETROS

Uma ação requerida em diversos sindipetros do País foi bem sucedida no Litoral Paulista: a redução do percentual que pode chegar até 14,9% - descontado pela Petros de maneira unilateral dos participantes. A decisão foi tomada em 1º grau e trata-se da primeira ação do Sindipetro-LP sobre este tema julgada pela Justiça.

ENTENDA O CASO

Desde 1991, a Petros vem cobrando dos participantes de maneira unilateral um desconto superior ao previsto no regulamento original do plano. Isso porque antes desta alteração a contribuição mensal para o plano era de 1,45% até o valor de 10 salários mínimos do salário, e de 11% sobre o salário-de-participação que excedesse o limite de 10 salá-

rios mínimos.

Entretanto, sem qualquer acordo, a Petros passou a cobrar a partir de 1991 alíquotas maiores que podem chegar até 14,9%. Tudo isso, repetindo, sem qualquer concordância dos trabalhadores.

Em sua defesa, refutada pela Justiça, a Petros alegou que o desconto era legal pelo fato dos participantes não terem se oposto a este aumento no momento da alteração.

Em sua decisão, o Juiz afirma que “trata-se (...) de alteração unilateral lesiva das condições pactuadas com os reclamantes, não se podendo admitir o argumento das reclamadas, da ausência de oposição dos reclamantes quando da alteração (...), visto que os dispositivos legais e jurisprudenciais (...) prevêm, expres-

samente, a nulidade da alteração contratual - recordando-se que o regulamento da previdência privada passou a integrar, quando da adesão dos reclamantes, os seus contratos de trabalho - unilateral lesiva”.

Com isso, a Petros foi condenada a restituir os valores referentes à diferença entre o valor pago mensalmente (até 14,9%) e o que deveria ser pago, baseado no regulamento original (1,45% até o valor de 10 salários mínimos do salário, e de 11% sobre o salário-de-participação que excedesse o limite de 10 salários mínimos).

Tal pagamento deverá ser feito “desde o marco prescricional de 5 anos anteriores ao início do processo”, incluindo também o pagamento das parcelas vincendas.

RMNR: Departamento Jurídico orienta aposentados e pensionistas sobre dúvidas

Em virtude de dúvidas levantadas por alguns aposentados e pensionistas que desejam ingressar com ação reivindicando os reajustes dados à ativa através da RMNR, o Sindicato esclarece aos associados que não é necessário cobrar esse direito por meio de diversas ações.

Tal esclarecimento se deve ao fato de que alguns companheiros, que ingressaram com essas ações

por meio de outros advogados, fizeram para o mesmo pedido ações individuais. O Departamento Jurídico do Sindicato informa que as ações encaminhadas através do Sindicato para Justiça inclui na sentença não apenas as prestações vencidas, mas também as vincendas, não havendo necessidade de ajuizar diversas ações para cada ano que a ilegalidade permanece.

Ou seja, em uma única ação é possível requerer a inclusão da RMNR na base de cálculo do benefício Petros desde 2007. Para ingressar com esta ação, basta comparecer ao Sindicato com os seguintes documentos: holerites de 2007 até o atual, CPF, RG, Carta de Concessão, comprovante de residência e Certidão de Óbito (no caso das pensionistas).

ÚLTIMA REUNIÃO DO DAP EM 2012 CONTA COM PALESTRA, TESTE DE SAÚDE E CONFRATERNIZAÇÃO

O Departamento dos Aposentados e Pensionistas fechou o ano com uma reunião, realizada no dia 15 de dezembro, na sede do Sindicato, recheada de atividades aos associados. Além do encontro para o fechamento do ano, com o balanço da última campanha reivindicatória e as perspectivas para o próximo

ano, que promete ser ainda mais duro, logo após a reunião os associados puderam fazer teste de hepatite B e C e também participaram do lançamento do livro sobre previdência privada dos companheiros Ronaldo Tedesco e Silvio Sinedino, ambos conselheiros eleitos da Petros.

FIQUEM ATENTOS AOS NOVOS NÚMEROS DE CONTATO DO SINDICATO. ANOTE EM SUA AGENDA!

Visando a melhoria na qualidade de atendimento para a categoria petroleira, a Diretoria do Sindipetro-LP promoveu uma mudança nas linhas telefônicas da sede da Entidade.

Agora, cada departamento tem um número direto para contato, sem a necessidade de usar o atendimento eletrônico. Confiram abaixo a lista dos novos números:

✓ Tronco principal	(13) 32021100
✓ Jurídico	(13) 32021101
✓ Secretaria	(13) 32021102
✓ Tesouraria	(13) 32021103
✓ Imprensa	(13) 32021104
✓ DAP/Saúde	(13) 32021105
✓ Recepção/ Ambulatório	(13) 32021106
✓ Diretoria	(13) 32021107
✓ TI (Informática)	(13) 32021108
✓ Fax	(13) 32021109

RESTITUIÇÃO DE DESCONTOS DA PETROS

Após diversas reclamações de associados que foram vencedores de ações de revisão de benefícios contra o INSS e tiveram descontos efetuados pela Petros da parte referente ao reajuste no âmbito administrativo, já que os pagamentos efetuados através da justiça à Petros não têm efetuado acerto de contas, o Departamento Jurídico passou a ingressar com algumas ações para que os descontos fossem cessados e restituídos os valores efetivamente recebidos.

A fundamentação usada pelo corpo Jurídico do Sindicato é de que os referidos valores não se repetem por se tratarem de verba de caráter alimentar e por terem sido recebidos de boa-fé. O primeiro processo julgado em 1º instância acolheu esta tese e determinou que fossem cessados os descontos e restituídos os valores efetivamente descontados.

A expectativa é de que esta decisão se repita nas demais ações com mesmo objeto. Por isso, o Sindicato orienta a todos aqueles que se encontram nesta situação que procurem o Departamento Jurídico para ingressarem com esta ação judicial.

Revisão do benefício de aposentados que trabalharam em área de risco

Os petroleiros que se aposentaram nos últimos dez anos e exerceram suas funções na Petrobrás em área de risco podem ter direito à revisão do seu benefício junto ao INSS. Isso porque, caso

existam documentos que comprovem a realização da atividade nessas áreas, o Departamento Jurídico do Sindicato tem a condição de enquadrar este período nos critérios da Aposentadoria

Especial, configurando o pagamento do período e o aumento do benefício. Para saber se você tem direito a esta revisão, agende um horário com os advogados do Sindipetro-LP.

ENTENDA POR QUE SOMOS CONTRA A CRIAÇÃO DE UM SINDICATO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Uma polêmica está aberta nas fileiras combativas do movimento sindical petroleiro. Trata-se da possível criação de um sindicato em nível nacional de aposentados e pensionistas petroleiros. A ideia, mesmo que ainda embrionária, já resultou em uma primeira reunião e na formação de uma comissão para elaborar o estatuto dessa entidade.

Como principais defensores deste sindicato, surgem os companheiros Paulo Brandão, conselheiro eleito da Petros, e Fernando Siqueira, diretor da Aepet e da Fenaspe, além de suplente no Conselho da Petros. Dentre os argumentos usados, um se destaca: a ideia de que a criação deste sindicato permitiria mais vitórias na Justiça, uma vez que as associações e federações não têm poder de negociação e nem substituem o papel dos sindipetros de representantes legítimos dos trabalhadores. Com isso, dizem, mesmo que propostas discriminatórias sejam aprovadas pela ativa, os aposentados e pensionistas teriam condições de contestar esses resultados, pois teriam não apenas assembleias específicas, mas uma entidade própria.

Respeitamos esses companheiros, pois reconhecemos sua atuação irretocável em defesa da categoria. Entretanto, não podemos deixar de compartilhar com os trabalhadores a nossa rejeição a esta proposta, que pode resultar em resultados desastrosos à nossa classe.

NOSSA TAREFA É SOMAR. NÃO, DIVIDIR.

Para nós está claro que esta iniciativa é um grande retrocesso. Mesmo que motivada por boas intenções, reproduz justamente a divisão imposta pela Petrobrás e pela FUP no interior da categoria. Divisão, diga-se de passagem, que tanto combatemos ao longo dos últimos anos.

Por isso, é inadmissível que o movimento sindical petroleiro proponha dividir a categoria. Sabemos muito bem que os responsáveis por cumprir este papel lamentável são os dirigentes da FUP. A nós, cabe assumir a difícil e necessária tarefa de dialogar pacientemente com a categoria e convencê-la da necessidade de combater a fragmentação imposta pelo patronato.

Não podemos sob nenhuma hipótese sucumbir à lógica segundo a qual uma possível vantagem jurídica, nem mesmo comprovada, pode prevalecer sobre um princípio que norteia a nossa atuação: a defesa intransigente pela união da categoria e pelo fim das discriminações.

Entendemos e compartilhamos a indignação sentida por esses companheiros. Afinal, estamos há 17 anos sem aumento real e com uma defasagem salarial que já ultrapassa a casa dos 40%. A empresa, à revelia das reivindicações da FNP, segue impondo a tabela congelada aos aposentados e pensionistas não repactuados.

No entanto, não devemos encarar a criação de uma nova entidade como a

solução para esses problemas. A solução se passa pela base. É a categoria, apoiada em uma direção combativa e independente do governo e da empresa, que retomará direitos retirados e avançará em novas conquistas. Mudanças na superestrutura do movimento sindical sem o respaldo da categoria e sem trabalhadores mobilizados não nos servem para nada. O fim das aflições dos trabalhadores se dará pelas mãos dos trabalhadores.

O esforço pela unidade não deve fazer parte apenas dos discursos das lideranças, deve ser prática cotidiana de todas as entidades. A nossa tarefa primordial é fortalecer as entidades que já caminham lado a lado, ombro a ombro nas lutas da categoria. Neste sentido, pedimos que as entidades irmãs da FNP nos ajudem a fortalecer os sindipetros, participando e robustecendo as Secretarias de aposentados e pensionistas, fazendo com que os trabalhadores (ativos, aposentados e pensionistas) voltem a lotar os auditórios dos sindicatos. Inclusive, temos que manter aqueles companheiros que repactuaram nos sindicatos e trazer de volta os que saíram, inclusive entrando com ação para anular a repactuação.

FNP, Fenaspe, AEPET e as demais associações de aposentados e pensionistas devem alinhar suas ações e colocar em prática uma ampla frente de atuação para tirar das mãos das direções traidoras os demais sindipetros do país.